

BIBLIOGRAFIA

GIUSEPPE CARLO ROSSI —
*L'Arcadia e il Romanticismo
in Portogallo* — Casa editrice
Le Monier — Firenze, 1941 —
XIX — Pág. XII — 138.

É a história de uma parte da literatura portuguesa e pode absolutamente definir-se como o primeiro trabalho neste género: ela é digna de especial apreço, porque até agora, como afirma o próprio autor na introdução, «della letteratura portoghese la tradizione italiana ha avuto familiarità, eccezione fatta della competenza di qualche studioso isolato, non molto più che due periodi: quello delle origini e quello del Rinascimento».

A reconstituição que Rossi faz destes dois períodos literários — cujos caracteres formativos e essenciais ele examinou à luz, não só da visão que deles tem, mas ainda, e principalmente, dos últimos resultados da crítica literária portuguesa e estrangeira — tem um interesse especial para o público italiano, porque nela se apresentam por meio de informações e apreciações abun-

dantes e seguras, as relações entre a Itália e Portugal durante os séculos XVIII e XIX, relações estas que em grande parte não haviam ainda sido postas em relêvo.

Rossi, professor catedrático de literatura portuguesa na Universidade de Roma, actualmente leitor em Lisboa, autor de outras publicações de que se dá notícia na «Revista das Revistas» do presente número, — contribui, com este livro, para um maior conhecimento da história e do desenvolvimento recíproco das duas literaturas.

QUEIROZ VELLOSO — *Fernão de Magalhães — a vida e a viagem* — Editorial Império — Lisboa, 1941 — pag. 118.

Um pouco esquecido já, Fernão de Magalhães tem nos últimos anos chamado de novo a atenção dos escritores de navegações da Península Ibérica. Nada menos de três estudos, diversamente notáveis, aparecem em língua portuguesa, e, poder-se-ia dizer, simultaneamente.

Enquanto estava a imprimir-se no Porto a tradução do romance ditirâmico do malogrado Stefan Zweig (obra que, de resto, divulgou esplêndidamente por todo o mundo a figura do imortal navegador), tinham-se publicado em Lisboa os primeiros fascículos dos dois monumentais volumes do Visconde de Lagoa (cujas relações com Zweig, a este respeito, a *Seara Nova* — n.º 760 — há pouco revelou). Era isto em fins de 1937. Nesse mesmo ano convidara, porém, o Instituto para a Alta Cultura o erudito Prof. Dr. Queiroz Velloso a colaborar no número especial que a *Revue d'Histoire Moderne* de Paris, ia consagrar à história da expansão portuguesa no Mundo. Daqui o presente opúsculo, aparecido na dita *Revue* em Set.º de 1939, mas publicado depois em vernáculo, pelo próprio autor, primeiramente na revista *Ocidente* (de Jan.º a Junho de 1941) e ultimamente (Out.º de 1941), em separata, ilustrado por várias gravuras excelentes.

Trabalho sintético, de divulgação erudita poderia dizer-se, condensa lúcida e criticamente a matéria apurada pelos subsídios anteriores de toda a ordem, e serve assim de excelente introdução ao assunto mais aprofundado do assunto. Por isto mesmo se verá imediatamente como nem é um trabalho exaustivo, nem poderão ser toadas à conta de definitivas, sequer

mesmo de aceitáveis, certas soluções apresentadas pelo erudito historiador, embora representem o resultado de indagação pessoal, como por exemplo tudo o que nos diz relativamente à naturalidade e à família do navegador, pontos já tratados especialmente num outro trabalho seu (lido em 1934 na Academia das Ciências de Lisboa e inserido em 1936 numa revista brasileira: *A naturalidade de Fernão de Magalhães — certezas e conjecturas*).

Assim, se incontestável parece que o navegador era filho de Rui (ou Rodrigo) de Magalhães e neto paterno, portanto, de Pedro Afonso de Magalhães, duma linhagem da Terra de Nóbrega (Minho), não se compreende bem como Q. V. lhe não dê por mãe D. Alda de Mesquita, mas diga que «a mãe devia ter o apelido Sousa», quando se sabe que, anónima, de apelido Sousa, era a avó paterna ou seja a mulher de Pedro Afonso. O navegador era assim já «de Magalhães e Sousa» pelo pai unicamente... Igualmente se não compreende como lhe atribua dois irmãos masculinos — «sobre cuja existência não há a mínima dúvida»: Diogo de Sousa e Duarte de Sousa. Ora do testamento de F. de M. consta efectivamente a existência do irmão Diogo que ele instituiu por herdeiro do morgadio, no caso de falecer sem descendência; e consta também a de uma irmã Isabel a quem o morgadio passaria por morte ou recusa de Dio-

A Redacção de «Estudos» dará oportuna notícia de todas as publicações recebidas, que tenham carácter cultural ou científico.

go. Nada se diz porém do irmão Duarte que consta todavia de outro documento incontestável, quatro anos. Mas... não se tratará de uma autêntica confusão, tendo sido lido *Duarte*, no documento de 1515, o nome que seria realmente *Diogo*, como no-lo dá, por duas vezes e por extensão o testamento? Se de facto eram dois os irmãos, então de concluir seria que Duarte falecera já, à data do testamento; pois mal se compreenderia que, estando vivo ainda, F. de M. não o tivesse indicado como sucessor eventual de Diogo, preferindo-lhe a irmã Isabel, e nem sequer mesmo fizesse dele qualquer menção, para a falta ou escusa desta.

Quanto à naturalidade, continua Q. V. a defender declaradamente a tese minhoto, sugerida há anos pelo Dr. António Baião; mas se não pode decidir-se por qualquer dos dois concelhos da Ribeira Lima — Ponte da Barca ou Ponte de Lima —, convém notar todavia que a argumentação com que insiste calorosamente faz inclinar o espírito, mais do que Q. V. deixaria crer, para a verosimilhança da naturalidade portuense... Em todo o caso, a fórmula conciliatória que propõe, tendo, sem dúvida, «a fortuna de ser absolutamente verdadeira» como generalidade: («Fernão de Magalhães nasceu na província de Entre-Douro-e-Minho») —, não resolve por for-

ma alguma, antes ilude, a verdadeira questão específica...

Em sucessivos capítulos estuda Q. V., substanciosa e metódicamente, a actividade de M.: no Oriente, na corte de D. Manuel (onde analisa o ponto delicado da incompatibilidade pessoal entre o monarca e o navegador, que levou este a homiziar-se, se não a desnaturalizar-se, — pois a lenda da desnaturalização deve «ser completamente abandonada». Resenhando agora o que diz respeito à capitulação com o rei de Espanha, ao ajustamento com o infeliz Rui Faleiro, ao aparelhamento da armada, em meio de cujas contrariedades e obstáculos se marca a vontade de ferro do navegador, — destaca Q. V. a entrevista e os patrióticos maneios secretos do feitor de Portugal em Sevilha, pretendendo dissuadir M. ou estorvar-lhe a partida. O custo da expedição, o afastamento de Rui Faleiro, a organização da armada, a partida dos cinco navios, a insubordinação de João de Cartagena, a viagem até à invernada na baía de S. Julião (onde um furacão despedaça a *Santiago*), a revolta dos capitães espanhóis (que M. exemplarmente sufoca), e por fim a descoberta do Estreito, com as suas peripécias entre as quais a deserção de Estevão Gomes na nau *San António*, — tudo isso o erudito historiador nos narra de maneira viva, condensando a minuciosa documentação res-

pectiva, embora, naturalmente, por forma nem sempre indiscutível nem exaustiva.

Agora, é a travessia do Pacífico imenso, com a fome, a sede e o escorbuto dizimando as tripulações dos 3 barcos restantes (*Trinidad*, *Victoria*, *Concepción*), e a chegada, após 108 dias desde a saída do Estreito, ao arquipélago de S. Lazaro, nas Filipinas. Em seguida, a ida a Cebu onde M., submetendo os magnates ao rei indígena, e este, por juramento, ao rei de Espanha, e fundando, de par com isto, uma espécie de feitoria provisória, julgaria ter atingido, política e comercialmente, o fim da sua missão. «Devia ser grande, muito grande, a satisfação íntima de Fernão de Magalhães (...). O sonho — pensaria Magalhães — tornara-se realidade! A promessa, que fizera a Carlos I, estava cumprida: o caminho para a Índia, pelo Ocidente, debalde procurado por Colombo e outros navegadores, encontrara-o ele. Dentro de poucas dias poderia chegar às Molucas (...) Ali carregaria os três navios de escolhidas especiarias; e, pelo caminho do Oriente, que percorrera mais duma vez, entraria em Sevilha triunfante (...)! Ilusória esperança, afinal! Por detrás da esplêndida vitória, espreitava a Fatalidade!»

É agora a morte heróica de M., seguida da carnificina, à traição, dos outros capitães e

dos principais da esquadilha, até que João Lopes de Carvalho, outro português, piloto da *Concepción*, «marinheiro experimentado, de decisões rápidas, assumindo o comando, mandou levantar as âncoras para se pôrem imediatamente ao largo», fazendo rumo ao sul... Reduzidos a 111, e, destes, não chegando os válidos para manobrem as três naus, são estas reduzidas a duas, que, mandando-se a *Concepción*, muito arruinada já. E, com Carvalho, eleito capitão-general, dirigem-se agora das Filipinas às Molucas, principal objectivo da expedição, conforme as instruções do rei espanhol, — só as atingindo depois de andarem à ventura e envolvidos em várias peripécias na ilha Bornéu, chegando a Tidore quasi 27 meses após a partida de Sevilha, guiados pelo piloto italiano João Baptista Genovês, a quem fora confiado o comando da esquadilha, pela destituição de Carvalho tornado indigno...

Com o soberano de Tidore, eis agora o contrato celebrado, em nome do rei de Espanha, pelos dois comandantes das naus, Espinosa e Sebastião del Cano; e por fim, a 21 de Dez.º de 1521, a abalada, com a carga completa, sobretudo de cravo, e 60 homens — (47 europeus, 13 indígenas) — da única nau em estado de navegar, a *Victoria*, aproveitando a monção que a levaria pelo Cabo de Boa Esperança, — enquanto a *Trinidad*,

depois de reparada, tentaria a travessia do Pacífico até ao Panamá, — intuito malogrado, como é sabido, pelo naufrágio do navio no porto de Ternate...

Veio assim a *Victoria*, sob o comando de Del Cano, por caminho já bem conhecido da navegação portuguesa, mas quasi ignorado dos officiaes de bordo... Receando encontrarem alguma armada portuguesa, foi a longa viagem pelo largo; até que por falta de viveres tiveram que arribar a S. Tiago de Cabo Verde, alegando virem da América... Mas as especiarias com que pagavam os viveres de refrêscos, ocasionaram suspeitas, e o capitão-mor da ilha reteve os 13 homens da lancha de abastecimento e apresaria a nau de Del Cano, apercebido, se não faz ao largo... Assim, em 8 de Setembro de 1522 conseguiram chegar a Sevilha os 22 sobreviventes da *Victoria* — (18 europeus e 4 malaios) — com a carga das Molucas, cujo valor excedeu consideravelmente todas as despesas da expedição!...

Se Sebastião del Cano teve a fortuna de voltar, a glória da empresa não deixa, todavia, de pertencer integralmente a Fernão de Magalhães, conforme acentua Q. V. «A morte impediu que Fernão de Magalhães voltasse a Sevilha pelo Cabo da Boa Esperança; e, no entanto, pode legitimamente afirmar-se que o grande navegador deu a volta ao mundo». E poderia

acrescentar-se que foi sem dúvida o primeiro, porque, tendo em 1512 na expedição de António de Abreu chegado pelo Oriente até às ilhas de Banda (entre 129° e 130° de longitude leste de Greenwich), quando em 1521 chegou, pelo Ocidente, a Cebu (entre 123° e 124°) já navegara «algumas centenas de quilómetros além do que era preciso para fechar completamente o círculo!»...

Vários relatos chegaram até nós, pelos quais se tem feito a minuciosa história desta viagem excepcional, «a mais arrojada, a mais difficil, a mais assombrosa de quantas se empreenderam». Deles se socorreu naturalmente Q. V. para a sua narração criteriosa. É porém incontestável que a todos esses relatos sobreleva o de António Pigaffeta — aquele veneziano ou vicentino que tendo vindo à Espanha no séquito do embaixador pontifício, ao saber da expedição que Magalhães preparava, pediu licença para o acompanhar! Testemunha fidedigna e presencial, companheiro inseparável daquele a quem comovidamente chama «o nosso guia, a nossa luz, o nosso amparo», ferido em Cebu ao seu lado mas tendo tido a sorte de lhe sobreviver e de chegar ao fim da viagem, o texto da sua descrição completa, endereçado ao grão-mestre da Ordem de Rodes, de que Pigaffeta fora feito cava-leiro, é basilar, e pode hoje ler-

-se vantajosamente na excelente versão portuguesa que o benemérito Visconde de Lagoa deu, pela 1.ª vez, no vol. II da sua obra monumental, anotando-a minuciosamente segundo os outros roteiros e relatos e ainda segundo as notícias avulsas dos cronistas lusitanos e castelhanos.

Com justiça e razão escrevia há 50 anos justos o erudito Pinheiro Chagas: «Foi Fernão de Magalhães que planeou, dirigiu e iniciou a expedição, foi Sebastião d'El Cano que a completou e concluiu, e para que, nessa consagração última e solene da conquista definitiva da terra pelo homem, não faltasse também a pátria gloriosa de Colombo, a audaz, a pensadora e sonhadora Itália, ia Pigafetta na expedição que narrou, para que assim os três povos latinos, que eram igualmente beneméritos da civilização e da ciência, tivessem neste coroamento da grande obra os seus representantes. Essa epopeia última que ia pôr o fecho ao trabalho épico de um século para sempre glorioso nos fastos da humanidade, foi um Português que a dirigiu, foi um Espanhol que a completou, foi um Italiano que a escreveu».

Um outro italiano merece não ser esquecido, tratando-se dos antecedentes da empresa magalhânica: o «turista» Luigi de Varthema, o primeiro europeu que visitou as Molucas, de que

tão positiva e secreta noticia deu a D. Manuel, em Almada, que decidiu o rei lusitano a expedição de Diogo Lopes de Sequeira, incumbido de visitar Malaca, — a qual desde Cochim se ajuntou a *taforeia* em que precisamente foram Magalhães e o seu amigo Serrão, que mais tarde, indo parar a Ternate, de lá lhe despertou, com as suas cartas, «a ideia de partir em demanda das Molucas, pelo Ocidente»... — (F. F. Lopes)

DIALOGOS FACEIS SOBRE A ECONOMIA CORPORATIVA MORAL E HUMANA — Quatro epistolas a vária gente sobre a organização corporativa da Nação.

Tais os títulos dos pequenos ensaios que constituem a matéria dos segundo e terceiro CADERNOS CORPORATIVOS de Sidónio Miguel.

No primeiro dá-se ao leitor um comentário oportuno à *Cartilha do Corporativismo* da União Nacional e do Secretariado da Propaganda Nacional, para vulgarização de princípios da ciência económica moralizada pelo Corporativismo; estuda-se as diferenças entre a Economia Liberal, a Socialista e a Corporativa; preconiza-se por fim a criação da mentalidade corporativa e a formação do homem que a Economia Corporativa supõe.

Não faltam neste Caderno

transcrições e citações de corporativistas italianos, designadamente de António Pagliaro, e sobretudo de Benito Mussolini no que significa a justiça social do Corporativismo.

No segundo Caderno, dirige o seu autor quatro epístolas à gente grada portuguesa, à dos grêmios, à dos sindicatos, à Moçidade que sabe sê-lo, que são respectivamente um aviso, um apêlo, um conselho e uma confidência sobre a necessidade da organização corporativa da Nação Portuguesa dentro dos seus princípios do Corporativismo. Em todas se faz notar a «solução dum problema moral em tal apêlo que a cada um se impõe, dentro dos princípios da unidade nacional na política, da moral na economia; que em tal aviso não deixa de vincar à gente prática dos Grêmios a irreversibilidade da política e da economia; que em tal conselho tenta preservar do satanismo do quanto pior número; que em tal confidência prega a mística do dever cumprido».

EUGÉNIO DE LEMOS — *Santarém — lenda e história.*

É ótimo este livro de Eugénio de Lemos, a quem as ocupações civis não impedem de cultivar as letras.

A história de Santarém, cujas origens se perdem nos séculos, é aqui narrada com felicidade, em prosa elegante e erudita.

Menciona-se a lenda de Abidís, fundador da cidade *Esca Abidís*, que foi sucessivamente Scálabis, Scalabicaastro, Chante-reyn e por fim Santarém, ou cidade de Santa fria. O ilustre autor refere-se à lenda da Santa, que repousa num túmulo de mármore abaixo do nível do Tejo; a seguir passa a ocupar-se da cidade, nos tempos gloriosos de Afonso Henriques. Descreve, com rara competência, os acontecimentos que vieram a terminar com a libertação de Santarém do domínio árabe, e enumera, depois, as prerogativas, isenções e privilégios com que o monarca a quis distinguir, entre os quais se deve salientar o direito assegurado aos cavaleiros da Vila de marcharem na vanguarda da hoste real. Os acontecimentos de Santarém continuam-se, sob outros reis, e é exposto o notável contributo prestado por esta cidade para as glórias da África e da América, com os melhores dos seus filhos. A nobre cidade não se distingue menos nas lutas pela libertação do domínio de Castela e, muitos anos mais tarde, nas guerras napoleónicas e ainda nas empresas coloniais.

Por patriotismo o autor transpõe o turbulento período da última parte da história portuguesa, e passa à era de grandeza nacional inaugurada por Salazar.

Santarém, hoje capital de Província, na Lusitânia de Sa-

lazar, trabalha com fervor para a prosperidade da Pátria.

O excelente estudo do Dr. Lemos merece ser assinalado de maneira particular por todos aqueles que se interessam pela história lusitana. — A. P.

ALFREDO DA CUNHA — *Elementos para a Imprensa Periódica Portuguesa (1641-1821)* — Academia das Ciências — Lisboa, 1941.

O autor do trabalho, cujo título encima estas linhas, o sr. dr. Alfredo da Cunha é um antigo e conceituado jornalista, que durante muitos anos, dirigiu o «Diário de Notícias», importante folha ulissiponense.

Entre as suas numerosas produções literárias, em prosa e verso, destacamos as que tem conseguido a muitos jornalistas: *Eduardo Coelho. A sua vida e a sua obra. Alguns factos para a história do jornalismo português*, 1891; *La presse périodique en Portugal. (Mémoire présenté au S. International de la Presse)*; Lisboa, 1898; *Representação contra a proposta de lei sobre liberdade da imprensa*, Lisboa 1898; *O «Diário de Notícias. A sua fundação e os seus fundadores. Alguns factos para a história do jornalismo português*, Lisboa, 1914; *Camilo Castelo Branco, jornalista*, Lisboa, 1925; *O espírito associativo nos profissionais da imprensa*, Lisboa, 1930; *Olisi-*

po, berço do periodismo português. O tricentenário da «GAZETA» cognominada «da Restauração», Lisboa, 1939.

Ao sr. dr. Alfredo da Cunha se deve a celebração no ano de 1941, do 3.º centenário da publicação do primeiro periódico português a *Gazeta*, com a sua persistente e continuada campanha jornalística.

Conseguiu, porém, que essa comemoração revertisse um grande brilho em diversas terras do país, principalmente na capital, graças, também, ao benemérito *Sindicato Nacional dos Jornalistas*. Na comemoração, em Lisboa, proferiu três notáveis conferências: *Jornalismo Nacional. Das malogradas associações da imprensa à alvitrada Ordem dos Jornalistas Portugueses*, na Sociedade de Geografia em 8 de Maio; *Falamos sobre os três séculos do Jornalismo Português*, na Cam. Municipal em 29 de Novembro e *Periódicos e Relações. Periodistas e Noticiaristas*, na Academia de Ciências em 6 de Dezembro.

Finalmente, ainda no ano tricentenário, publicou e por encargo da Academia das Ciências, o trabalho a que vamos dedicar algumas linhas e que saiu nas suas *Memórias (Classe de Letras)*.

A história do jornalismo português, apesar dos vários ensaios dos vários autores, entre eles os de Silva Ferreira, que deixou, além de dois volumes impressos,

um manuscrito que se conserva no arquivo da Academia, estava por fazer.

A Academia resolveu entregar ao exame dêste seu ilustre sócio efectivo o referido manuscrito afim de que, posto em ordem e completado, fôsse publicado.

O sr. dr. Alfredo da Cunha, logo chegou à conclusão que êsse empreendimento levasse muitíssimo mais tempo do que fazer o trabalho de novo. — A. Ferreira Lima.

ITALO ZINGARELLI — *Vicino e Lontano Oriente* — (Collezione «Opera di politica, storia, diplomazia e colonizzazione» Vol. di pagg. 316 — L. 15).

Os problemas do Oriente, vizinho e longínquo, nos reflexos internacionais, além da sua substância étnica, histórica e política, formam o argumento, cheio de actualidade, dêste volume de Italo Zingarelli. Com directa e profunda experiência da matéria, delicada e completa, Zingarelli, jornalista que viveu durante muito tempo nos Balcans e que conhece perfeitamente as tradições, necessidades e condições do Extremo Oriente e dos seus dados histórico-políticos fornece ao leitor uma visão que o prende e orienta. E tanto mais facilmente se orienta e se prende, quanto é certo que a prosa de Zingarelli é viva, convincente e fácil; as suas investigações históricas e as suas

sínteses políticas são enriquecidas por frequentes e curiosos episódios que valorizam o garbo e a agilidade jornalística destas páginas.

MANUSCRITOS DE LEONARDO DA VINCI

Como é sabido, o génio de Leonardo da Vinci não se manifestou só em obras primas de arte, mas revelou-se numa série imensa de trabalhos literários, esboços, desenhos, esquemas, ilustrações, etc., que testemunham não só a variedade e profundidade do seu pensamento literário, filosófico e científico, mas também o tormento interior de um cérebro de investigador insaciável. Todos êstes manuscritos, bizarramente redigidos, numa caligrafia incerta e em criptogramas de não fácil decifração, sofreram muitas vicissitudes e andaram perdidos e dispersos: hoje estão reduzidos a pouco mais de 6.000 fôlhas, sobre as quais se concentrou a atenção dos especialistas, com o objectivo de as estudar, interpretar, coordenar e publicar. Começou-se pelo celeberrimo *Códice Atlântico*, que Pompeo Leoni reuniu entre 1587 e 1589 e que em 1815 o Governo francês restituiu à Biblioteca Ambrosiana de Milão.

O monumental Código, com os seus 1750 escritos e desenhos, — depois de pacientemente feito por Pinnaati o difícil trabalho de

transcrição — foi publicado em 12 volumes pelo editor Ulrico Hoepli, sob a protecção de S. M. o Rei de Itália e da Real Academia dos Lincei, trabalho êste que durou de 1890 a 1904. Entretanto o Estado italiano criava a Real Comissão Vinciana, hoje presidida por Giovanni Gentile, à qual se deve a gradual publicação de todos os manuscritos de Leonardo: trabalho árduo, a que o Estado prestou um valiosíssimo auxílio, moral e financeiro. E assim hoje a *Livraria do Estado* pode pôr à disposição dos estudiosos: 1) a reprodução do *Códice Forster* (fac-simile e transcrição crítica) em cinco volumes em 8.º gr., publicados desde 1930 a 1936; 2) a reprodução fotográfica e a transcrição diplomática e crítica do *Códice Arundel 263* do British Museum (4 volumes em 4.º gr.), do *Códice A 2172* (2 vol. em 4.º gr.) e das folhas que faltam no *Códice Arundel*, existentes na Biblioteca Real de Turim (1 vol. em 4.º gr.). (A publicação dos manuscritos sobre o vôo das aves durou desde 1924 a 1938; 3) cinco fascículos do formato de 39 x 55, que contêm em 232 gravuras coloridas os desenhos de Leonardo, feitos entre 1470 e 1699, com um texto explicativo de Adolfo Venturi. A publicação começou em 1928, e o quinto fascículo veio à luz em 1939.

Este grandioso trabalho da Real Comissão Vinciana foi cuidadosamente acompanhado pelo

Instituto Vinciano de Roma, dirigido por Mário Cermenati; a êle se deve uma série de notáveis volumes (*Venturi Lionello* — La critica e l'arte de L. da Vinci; *Venturi Adolfo* — Leonardo da Vinci pittore; *De Lorenzo Giuseppe* — Len. da Vinci e la geologia; *De Zoni G. B.* — Le piante e gli animali in L. da Vinci; *Malaguzzi Valeri F.* — Leon. da Vinci e la scultura; *Calvi Gerolamo* — I manoscritti di L. da Vinci dal punto di vista cronologico, storico e biografico; *De Rinaldis Alvo* — Storia dell'opera pittorica di L. da Vinci) e a publicação do volume: *Del moto e misura dell'acqua*. (Libri nove ordinati da F. Luigi Arconati, editi sul codice archetipo Barberiniano a cura di E. Carusi e A. Favaro).

Esta nota bibliográfica foi-nos sugerida pela recente publicação de um outro volume que veio enriquecer a série de reproduções dos manuscritos vincianos, publicação esta devida ao editor Hoepli, que tanto tem favorecido os estudos científicos e técnicos: *Leonardo da Vinci* — I libri di Meccanica nella ricostruzione ordinata di Arturo Uccelli, preceduti da un'introduzione critica e da un esame delle fonti — 1942, (in-4.º picc., pp. CLVI 676, con due appendici e quattro in-analitico dei titoli, alfabetico degli argomenti; 2515 disegni e una tavola f. t. Milano — ed. Ulrico Hoepli, Liras 600.00).

CONGRESSO DO MUNDO PORTUGUÊS — *Publicações* — Lisboa, 1940 — Vols. 19 em 6.º.

Ainda não se perdeu de todo o eco das grandes comemorações centenárias que Portugal primou em 1940, com o fim não só de apresentar, num grandioso conjunto, os vários aspectos do mundo português, mas ainda de oferecer, numa série de Congressos dedicados ao estudo de particulares actividades, um contributo científico e histórico de primeira ordem. — As inúmeras comunicações apresentadas por congressistas de vários Países, foram agora reunidas e publicadas pela Academia das Ciências de Lisboa, numa série de dezanove importantes volumes que atestam a seriedade e a competência com que os vários Congressos foram organizados e a importância das comunicações que a eles foram feitas.

Na impossibilidade de fazer deles uma enumeração crítica, limitamo-nos a pôr em relevo o contributo dado por estudiosos italianos, ou as passagens que tenham qualquer relação específica com a Itália, lamentando só que no Congresso de História não tenham sido aprofundadas as questões respeitantes aos acontecimentos políticos e militares da Lusitânia romana.

AUGUSTIN FLICHE (Vol. II, pág. 661-674) examina mais uma vez o pontificado de João XXI, mostrando como, no espaço de

poucos meses, ele conseguiu continuar com firmeza, em todas as questões eclesiásticas e diplomáticas, a obra de Gregório X, reportando-se à tradição dos maiores papas do M. E.: paz cristã, repressão da heresia, união da Igreja, a cruzada, mereceram-lhe os mais inteligentes cuidados, sem que tenha tido a fortuna de ver coroado de êxito os seus esforços.

PAOLO REVELLI, em *L'espansione portoghese nel mondo e i manoscritti dell'Ambrosiana*, (Vol. III, pág. 427-456), salienta a oportunidade de determinar a contribuição que o material carto-geográfico estrangeiro, conservado em arquivos e bibliotecas fora da Península Ibérica, pode dar para a solução dos vários problemas históricos e cronológicos relativos às descobertas portuguesas; descreve 45 manuscritos — alguns pouquíssimo conhecidos — existentes na Biblioteca Ambrosiana de Milão. — Este material de estudo é de notável importância para quem pretenda dedicar-se ao exame da expansão portuguesa em África, no Brasil, nas ilhas do Atlântico e da Ásia até ao Japão. É muito cuidadosa a descrição que Revelli nos faz.

ROBERTO ALMAGIA recorda numa breve relação, (*Le scoperte dei portoghese in Africa e la cartografia italiana*

dei secoli XV e XVI, págs. 669-676 do III vol.) a importância de Andrea Bianco, relativa aos resultados das primeiras navegações portuguesas para além do Cabo Bojador, e detem-se em vários outros cartógrafos italianos que nos séculos XV e XVI utilizaram com grande perícia os dados fornecidos pelas então recentes descobertas geográficas dos portugueses. Menciona um notável atlas, inédito, de Jacopo Russo, que existe na «Biblioteca Estense» de Modena.

Ao Comandante GUIDO PO devem-se duas memórias (*«Navigatori italiani nel Medio Evo al servizio del Portogallo»* e *«Le scoperte marittime dei Portoghesi. Cartografia náutica»*, a pág. 570-644 do III vol.), que contêm afirmações e dados de sumo interesse histórico-geográfico, os quais, por não estarem de acordo com determinadas teses nacionais, suscitaram entre os estudiosos portugueses notáveis discussões.

Deve-se uma terceira memória (*«La Marina italiana in Portogallo»*, págs. 653-684 do III vol.) ao mesmo Guido Po: servindo-se de muitos documentos de arquivo defende o contributo prestado pela Marinha italiana na organização da Marinha portuguesa, bem como a participação da marinha genovesa no auxílio dado pelos Portugueses na defesa da Espanha contra os muçulmanos.

O contributo italiano no vol.

IV, deve-se à pena de Enrico Cerulli, Leo Magnino e Carlo Conti Rossini.

ENRICO CERULLI, insigne conhecedor do A. G. I., ocupa-se de *«Mogadiscio nel 1500 secondo i navigatori portoghesi»* (págs. 51-62), descrevendo agradavelmente o *«Roteiro»* de Vasco da Gama por João de Barros, Duarte Barbosa.

LEO MAGNINO em *«Il contributo del Portogallo alla moderna evoluzione del Nippon»* (pag. 237-256) dá justo relevo ao valor dos missionários portugueses, que penetraram no coração da Ásia, e no Japão, onde desenvolveram uma obra civilizadora altamente apreciável: desde a filologia nipônica ao aperfeiçoamento da arte naval e da arquitectura militar, das ciências à maneira de vestir, a influência portuguesa sobre a civilização do Japão é um dos elementos que melhor explicam as origens da profunda transformação que o império nipônico sofreu na segunda metade do século XIX.

O ilustre etiopista CARLO CONTI ROSSINI, a págs. 283-305 deste quarto volume, oferece-nos um estudo, que se pode considerar definitivo, sobre *«João Bermudez e la sua relazione sull'Etiopia»*. As conclusões deste estudioso são um tanto severas, no que se refere a este singular personagem que no século XVI tomou parte tão activa nos acontecimentos da Abissínia; no

entanto, reconhece a notável importância da sua descrição, como pintura do ambiente de paixão em que se desenvolve uma das mais belas páginas da história da penetração portuguesa na Etiópia.

No volume VI (págs. 167-172), o Sig. PEDRO LONGÁS Y BARTIBAS fornece o texto exacto, segundo o original existente no Escorial, de uma curiosa carta em que Giovan Battista Gesio recomenda a Filipe II o cosmógrafo português Luiz Jorge de Barbuda.

Nos volumes que se seguem, já vai rareando o contributo italiano. No oitavo (págs. 613-620) ARTURO FARINELLI escreve um artigo «Ricordo dei miei studi e amor lusitani», que completa um outro, publicado no número 6 da revista «Estudos italianos em Portugal» («Os meus estudos lusitanos», a págs. 99 a 107).

No volume IX (págs. 49-64) o Sr. A. L. PEREIRA FERRAZ fala sobre «Amerigo Vespucci e o nome da América» retomando, duma forma cheia de interesse, o problema histórico-linguístico da denominação da América.

No volume XIII (a págs. 67-89) e num estudo bem documentado, o DR. PIETRO CAPPARONI atribui a Giovanni Battista Canano a descoberta das válvulas das veias, descoberta que o historiador da medicina espanhola Garcia del Real atribui a Amatus Lusitanus. Ainda do mesmo

volume, fazemos referência a dois artigos que, por serem respeitantes a um pintor e a um pensador que muito atingiram do pensamento italiano, apresentam um interesse especial; um é da SR.^a D. MARIANA AMÉLIA MACHADO SANTOS (a págs. 393-413), que, num esquema perfeitíssimo, nos dá um aspecto de «A estética de Francisco de Holanda», argumento de que esta revista voltará a ocupar-se; o outro é da autoria do Prof. DR. LUIZ CABRAL DE MONCADA: «Um iluminista português do século XVIII: Luiz António Verney». São conhecidas as relações de Verney com Filangieri, Delfico, Galanti, e sobretudo com Genovesi; e pensamos nós que não se deve ter esgotado a matéria de estudo que oferece esta interessantíssima figura, nem mesmo depois da recente publicação de um notável livro que o mesmo Cabral de Moncada lhe dedicou.

No volume XVII (págs. 76-123) lê-se uma notabilíssima comunicação de CORRADO GINI sobre «Les facteurs de la décroissance de la natalité à l'époque contemporaine»; e, a págs. 512-534, o PROF. FABIO FRASSETTO em «Per una sistemazione razionale della Biotipologia», ocupa-se da falta de uma impostação teórica apropriada, sobre as investigações biotipológicas e a falta de unidade de método, propondo uma original sistematização racional dos da-

dos quantitativos e qualitativos de um sistema morfométrico fundamental.

Finalmente no vol. XVIII (págs. 664-671), em «Criminalità ed esecuzione penale», o DR. GIULIO ANDREA BELLONI, estuda principalmente, em aspectos novos, o problema sexual penitenciário e o valor criminogeno e anti-social que pode dar a diminuta capacidade de trabalho dos condenados que voltam à vida social.

Como se viu, a contribuição que deram os estudiosos italianos para os Congressos científicos organizados por altura das Comemorações do Duplo Centenário, em Portugal, pela originalidade e importância dos assuntos versados, constituem preciosa homenagem à nação portuguesa.

A Academia das Ciências de Lisboa apresentou uma edição extremamente cuidada, o que é muito para apreciar nuns tempos em que as dificuldades técnicas e comerciais prejudicam fortemente a actividade tipográfica. São também dignos de apreço as gravuras anexas.

USOS E COSTUMES DE UM POVO LATINO

Numa terra de folclore e tradições tão variadas como Portugal, onde o sentimento regional é tão intenso e tão íntima a vida dos habitantes, a arte popular floresce vigorosamente,

os costumes perpetuam-se com uma vibração de poesia que não se pode extinguir facilmente, e a vida individual sente a necessidade de fundir-se à vida da família, associando-se às aspirações da comunidade e aos destinos do povo.

Sobre esta força de unidade, nem sempre consciente mas presente no espírito de todos, é que repousam e fermentam as artes do povo: a poesia, o canto, a dança, bem assim certas indústrias caseiras, inspiradas em concepções de arte. E o povo consegue encontrar à sua volta, especialmente no ambiente sadio do campo, os motivos que lhe dão alento e o animam; e são esses outros motivos de arte, formas, cores, luzes sons, dons de beleza eterna, de que os pobres dos homens de cidade e os pobres homens de erudição perderam muitas vezes, o sentido.

Armando de Lucena mostra-nos como o património da arte popular é fonte tentadora para estudar os sentimentos ou a fantasia da gente simples, a sua linguagem viva, as suas atitudes inconfundivelmente reveladoras da raça, especialmente quando se trata da nossa raça latina ⁽¹⁾.

Sentir isto, quer dizer amar a terra pátria, e viver com ela e ter a consciência de que dela se

(1) Armando de Lucena: «Arte popular em Portugal».

faz parte tão fortemente como as conchas que estão agarradas às rochas. Procurar os vestígios, pequenos e grandes, evidentes e ocultos, que um povo deixa no seu caminho é retroceder séculos, até às origens da grei.

Nesta síntese, neste deter-nos carinhosamente sobre o que a alma do povo exprime, é o professor Armando de Lucena um cristalino mestre. Este livro — em que ele reúne algumas palestras feitas, com grande êxito, ao microfone da Emissora Nacional — oferece mesmo a nós italianos, uma leitura sumamente agradável e querida, porque também no nosso país, que se estende por onze graus de latitude e é um dos poucos que apresentam um tal número e uma tal variedade de regiões históricas, tudo aquillo que é sentimento, fantasia, vivacidade de espírito e tradição secular é pelo nosso povo profundamente vivido.

Els porque de bom grado nos referimos a esta obra, muito feliz pela apresentação de assuntos bem escolhidos, pela rápida aproximação do moderno ao antigo, pelas leves e penetrantes comparações ou pela sóbria reevocação em que o crítico desaparece para dar lugar a um professor que sabe sorrir e interessar.

São trinta os capítulos do livro, que abre com uma simpática apresentação do dr. Silva Tavares, do S. P. N.

Falando sobre a intuição geométrica na arte popular, o autor dá uma primeira prova de ansioso e gentil aprofundamento dos problemas históricos da arte popular, desta modalidade espontânea com que o homem inculto exprime a sua idéa de beleza; cita, a propósito, a afirmação de Virgílio Correia, de que certas representações universais não podem ser característica de determinadas regiões; eis porque o círculo e as suas várias combinações, primeiro elemento geométrico pressentido na decoração, se encontram nos objectos de uso rural tanto de Portugal como da Lombardia ou da Suécia. Outro tanto se deve dizer do coração, símbolo de ternura que encontramos em Portugal, bem como na Hungria e nos países eslavos, e nas regiões alpinas da Itália. E bem assim da cruz, que a arte popular de todo o mundo fez sua.

Nos séculos XIV XV e XVI, grande fama adquiriram os ferreiros portugueses de Lamego, de Celorico e de Trancoso. Falando da tradição, ainda hoje viva, do ferro batido, Armando de Lucena revela-nos que na sua adolescência, decorrida em Figueiró dos Vinhos, manifestando acentuadas aptidões para o desenho artístico, foi-lhe várias vezes pedido que fornecesse os desenhos para trabalhos em ferro batido, que eram executados pelo artífice da aldeia. E em pouco tempo ele, ainda

rapazinho, se tornou célebre e indispensável, fazendo prever (isto dizemo-lo nós) que intelligência se estava desenvolvendo para benefício da arte popular portuguesa.

Também a arte campanária teve fulgores de renome. Desde os construtores aos Soberanos, para muitos dos quais foi constante preocupação o enriquecimento campanário das basílicas. D. João V mandou a Mafra os melhores exemplares de sinos, entre os quais um que pesava 600 arrobas, ou seja move toneladas ⁽¹⁾.

A arte popular portuguesa, meridional e católica, não pode ignorar o Presépio, instituição italiana do século XIII, que a tradição dos países nórdicos, inspirada na neve e na fria poesia do protestantismo, procurou substituir pela árvore de Natal. Na Itália, o regresso ao Presépio deu-se, mercê de uma campanha de convicção desenvolvida há alguns anos pelo Regime. Em Portugal, a campanha

continua, dificultada pelo simples facto de que não foi ainda organizada a fabricação de Presépios populares, de preço acessível.

Fazendo referência às figuras do Presépio e em geral à escultura portuguesa, o autor reivindica para Bernini o lugar de precursor e para Giusti a influência que em Mafra exerceu sobre Machado de Castro.

Entre os objectos domésticos têm um lugar particular as candelas, algumas em cerâmica branca, lisa ou vidrada, de origens nacionais, outras metálicas, finas e caprichosas, de origem árabe ou talvez visigótica. As belas candelas em latão hoje quasi que desapareceram também das lojas dos antiquários, devido a nestes tempos terem rareado os metais, e foram substituídas por candelas de folha de lata, que, conquanto sejam úteis, não deixam de ser inestéticas.

A pintura popular apresenta-nos os curiosos ensaios que se encontram nas igrejas, em acção de graças por um favor recebido, costume bastante usado também em Itália. Na velha Roma dos Césares, existiam painéis votivos como os ingenuos frescos que nós encontramos nos recantos de algumas aldeias. Não é raro encontrar neste livro referências leves e curiosas, à tradição grega e romana. O autor domina a matéria do alto, como grande senhor.

¹⁾ Recordo, a propósito, que no Castelo de Rovereto, cidade italiana junto de Trento, onde a guerra atingiu maior intensidade, foi colocado um sino do peso de onze toneladas e meia. É o sino mais triste e mais poético de Itália. Foi fundido com os canhões dos exércitos beligerantes e todas as noites toca, para recordar os mortos italianos da guerra de 1915-18. E toca uma vez por ano recordando os mortos de todas as Nações, reunidos no silêncio místico dos heróis.

Os capítulos do livro que recordam costumes locais, são dos mais vivos e argutos. Sintamolos nas festas campestres que se seguem às procissões religiosas: *«Quando o último andor recolhia à capela, cá fora, esquecido o culto da sua devoção, o povo entregava-se aos maiores excessos de alegria, mas duma alegria pagã, bem humana e sensual. Encostadas ao muro fronteiro, as moçoilas, afogueadas e sádias aguardavam o momento do «baillo» formando um admirável friso de mocidade que nos recordava aquelas jovens atenienses postas em fila na procissão das Panatenéias, nos tempos quasi lendários da Grécia.»*

As festas báquicas são revividas, digamos assim, em todo o seu esplendor pagão durante as vindimas da região de Soeira.

Eis a descrição, cheia de vivacidade, que o autor nos faz: *«A 11 de Novembro, como rezam as referidas notas, dia de S. Martinho e cristianização de Baco pagão, festejam em Soeira, o santo que é seu orago. Terminada a função religiosa e o jantar, organiza-se o cortejo báquico, composto de mulheres e homens, que andam à guisa de procissão de adega em adega, de taberna em taberna, onde cada um é obrigado a beber o seu copo, isto dia e noite, até que vão caindo, uns aqui outros acolá, e o que mais resiste sem tombar é proclamado juiz, hom-*

ra que beberões famosos vêm de longe disputar com o afã com que trabalham pela conquista de títulos heráldicos, civicos, filantrópicos, etc.»

Páginas que o leitor não português apreciará neste livro são aquelas dedicadas a certos costumes e passatempos comuns a vários povos, mas que neste país tomam um aspecto e um sabor particulares, aquele tom engraçado aliado à subtilidade de espírito que cria situações de novela italiana antiga. Também aqui domina a mentalidade latina, iluminada pelas longínquas luzes das origens. Um cronista antigo narra, para exemplo, a história de um moinho de água que, uma vez posto em movimento, os camponeses não lo-gravam fazer parar, nem com pedras nem com cajados. Até que uma velha curiosa, ao espreitar inclinada na margem, caiu na água, e de tal modo que se enaranhou nas rodas do moinho, fazendo-o parar, o que constituiu grande satisfação para o povo. Mas isto não é nada: o que segue é um grotesco «achado» de humoristas modernos, com uns laivos de macabro.

Tôdas as vezes que se tinha de parar o moinho, os habitantes escolhiam para vítima uma velha da região, de tal modo que, dentro de pouco tempo as velhas deixavam de existir.

E a partida de pesca entre uns pândegos?

Naquele dia pescaram poucos

e apetitosos peixes, de modo que se decidiu, em segredo, eliminar um dos concorrentes ao petisco, dando-lhe as cabeças. O processo usado para convencer o pobre a não protestar, foi tão persuasivo e a narrativa do autor é tão elegante que se chega a pensar nos nossos modelos clássicos de partidas feitas aos simplórios. O português é forte, certo e desenvolvido nas maquinações que urde e que não deixam rancor. Deve ler-se, a este respeito, o delicioso livro de Carmine Nobre: *«Colimbra em capa e batina»*, no qual se descrevem as proezas dos estudantes do nosso tempo.

São-nos ainda apresentados por Armando Lucena outros costumes, não menos interessantes. A colheita da azeitona, que constitui uma gara entre as duas esquadras de mulheres, um autêntico desafio, de motejos e improperios, que se trava numa atmosfera de graça serrada. E a exposição das raparigas casadoiras, que todos os anos se faz em Outubro, a poucos quilómetros de Lisboa!... Encostadas ao «Muro do Derrete», bem alindadas, elas sorriem, enquanto passam e repassam para baixo os mancebos da região e cercanias, deitando-lhes olhares e ponderando nos assuntos. Cruzam-se sorrisos e galanteios e se a escolha se fez, os severos pais já se encontram reunidos na hos-

pedagem, prontos a discutir. E que eficácia tem aquela lacónica troca de palavras com o pai, para conseguir a autorização de «falar» à rapariga! Tôdas as oportunidades são boas: *«O pretendente resolutivo, sem exórdio, à queima roupa, como se perguntasse onde ficava a estação do correio:*

— Ó ti Joaquim! sabe ao que eu venho cá?

— Sê.

— Posso lá continuar a ir?

— Podes».

Assim passa a vida deste povo são, no qual as virtudes ancestrais mantêm sempre todo o seu valor. Nos seus discursos, nas suas apreciações, nos seus provérbios, que cuidadosa experiência! Dos provérbios que o nosso autor apresenta, alguns existem também em Itália, muitas vezes numa perfeita correspondência de palavras. Outros, ao contrário, são privativos de cá, e nêles se encontra a doçura, o orgulho, a resignação, a indiferença, a ironia da raça portuguesa, tal como a conhecemos e amamos: *«Amor com amor se paga», «Tristezas não pagam dívidas», «Mal por mal, antes cadeia que hospital», etc.* Adágios antigos, que foram recolhidos pela primeira vez em 1555, como afirma Leite de Vasconcelos, o príncipe dos estudos de etnografia portuguesa.

LEO PESSINA